

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEPLAG/SEE Nº 6068, DE 18 DE AGOSTO DE 2006.

Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto  
44.205, de 12 de janeiro de 2006.

**A SECRETÁRIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO e a  
SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições, e tendo em  
vista o disposto no § 1º do art.5º do Decreto nº 44.205, de 12 de janeiro de 2006,

**RESOLVEM:**

Art.1º As ações de alfabetização e de promoção de escolaridade nos níveis fundamental e médio, destinadas aos servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, conforme disposto no § 1º do art. 5º do Decreto 44.205, de 12 de janeiro de 2006, serão priorizadas e realizadas pela SEPLAG em parceria com a Secretaria de Estado de Educação por meio do Programa Minas Educar.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo a expressão servidor refere-se:

I - ao ocupante de cargo de provimento efetivo;

II - ao servidor ocupante de cargo efetivo correspondente à função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, efetivado nos termos da legislação vigente;

III - ao detentor de função pública a que se refere a Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990, que não tenha sido efetivado;

IV - ao servidor público municipal, estadual ou federal formalmente cedido para o Sistema Estadual de Saúde em ações no âmbito do SUS.

Art.2º O Programa Minas Educar tem como objetivos:

I – elevar a escolaridade dos servidores do Estado de Minas Gerais, buscando maior eficiência da Administração Pública e maior qualidade dos serviços prestados;

II – propiciar o retorno aos estudos, de servidores, de todos os órgãos e entidades, que não tiveram acesso ou continuidade nos estudos de educação básica na idade adequada;

III – contribuir para o crescimento pessoal e profissional;

IV – contribuir para o desenvolvimento do servidor na carreira;

Art. 3º O Programa Minas Educar abrange ações de educação básica nos níveis fundamental e médio.

Parágrafo único. Os servidores serão atendidos nas Escolas Estaduais, em cursos presenciais, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Art.4º O Programa Minas Educar será realizado, com a disponibilização de vagas por município;

§ 1º As vagas serão definidas, anualmente, pela SEPLAG observando a demanda inscrita e a disponibilidade orçamentária;

§ 2º Quando o número de servidores inscritos for superior ao número de vagas, considerar-se-á, como critério de desempate, a ordem de inscrição;

§ 3º A SEPLAG apresentará a SEE os dados relativos à demanda inscrita, necessários para a organização do atendimento;

§ 4º Os servidores inscritos e não contemplados em um semestre terão preferência nos semestres seguintes.

§ 5º Na hipótese da existência de vagas remanescentes nas turmas disponíveis aos servidores de que trata o art. 1º, poderão ser inscritos no programa os designados para o exercício de função pública a que se refere o art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, os contratados e os terceirizados, respeitando-se a ordem de inscrição para o atendimento.

Art.5º O servidor de que trata o art. 1º matriculado no Minas Educar e que cumpre jornada semanal de 40h será dispensado em uma hora da sua jornada diária de trabalho para a execução de tarefas escolares e estudos orientados para uma maior compreensão do conteúdo das matérias, devendo apresentar mensalmente a declaração de frequência.

Parágrafo Único. A chefia imediata deverá estimular e não poderá se opor a participação do servidor nos cursos de alfabetização, supletivos de nível fundamental e de nível médio.

Art.6º Compete a SEE:

- I – implementar, em articulação com a SEPLAG, o Programa Minas Educar ;
- II – elaborar a proposta pedagógica das ações de educação básica;
- III – disponibilizar e orientar o corpo técnico necessário à implementação do curso;
- IV – fornecer infra-estrutura física e material para a realização dos cursos;
- V – matricular o público do Programa;
- VI – isentar da taxa de inscrição para os exames supletivos;
- VII – emitir os documentos comprobatórios da elevação da escolaridade;
- VIII – gerenciar administrativa e financeiramente os recursos recebidos;
- IX – utilizar os recursos financeiros exclusivamente para os fins previstos nesta Resolução;
- X – prestar contas, semestralmente, dos recursos recebidos e despesas realizadas à SEPLAG;
- XI – encaminhar a SEPLAG os resultados da avaliação periódica do Programa Minas Educar.

Art.7º Compete a SEPLAG:

- I – coordenar e supervisionar a implementação do Programa;
- II – orientar os órgãos e entidades sobre o Programa;
- III – divulgar o Programa e coordenar a fase de inscrição;
- IV – fornecer a SEE relatórios com a consolidação da demanda inscrita;
- V – definir, em articulação com a SEE, o número de vagas a ser disponibilizado a cada semestre;
- VII – analisar os resultados do Programa Minas Educar.

Art.8º Compete à unidade de recursos humanos ou unidade a ela equivalente dos órgãos e entidades:

I – promover a disseminação do Programa junto aos servidores públicos estaduais;

II – mobilizar e sensibilizar os servidores sobre a importância da participação no Programa;

III – divulgar a forma de inscrição e as informações pertinentes;

IV – proporcionar a participação do servidor no Programa;

V – orientar e controlar a matrícula, a participação e os resultados do servidor no Programa;

VII – atualizar, sistematicamente, os sistemas informatizados com os dados relativos à participação e conclusão do curso pelo servidor, mediante apresentação do certificado.

Art.9º Os recursos orçamentários necessários ao desenvolvimento das ações constantes nesta resolução serão transferidos para a dotação orçamentária da SEE.

Art.10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2006.

RENATA VILHENA

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

VANESSA GUIMARAES PINTO

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO